

Pressões para que o Brasil pague os juros

por Claudia Safatle
de Washington

Quando o governo brasileiro, no dia 10 de outubro próximo, sentar-se à mesa de negociação do comitê de bancos credores, estará considerando como objeto de refinanciamento todo o estoque da dívida junto ao sistema financeiro internacional, de aproximadamente US\$ 66 bilhões, pelo seu valor de face, mais os quase US\$ 10 bilhões de juros atrasados (incluindo uma parcela de amortização não reescalada).

Em entrevista a este jornal, em Washington, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou clara a postura brasileira quanto aos juros atrasados acumulados desde meados do ano passado, e que foi o ponto de maior pressão sofrida pela equipe brasileira nos últimos dez dias. "Não haverá pagamento de juros atrasados até o dia 10 de outubro. Desta data em diante, poderão ser feitos pagamentos, conforme o andamento das negociações junto ao comitê de bancos credores", disse

ela. A ministra informou, também, que o embaixador Jório Dauster, encarregado da negociação da dívida, estará convidando três bancos franceses, um alemão e um banco português, nos próximos dias, para participarem do comitê de bancos — que hoje conta com dezesseis bancos de grande porte, sendo que os norte-americanos detêm a hegemonia nesse fórum de negociação.

No último fim de semana, pressões internacionais foram articuladas na capital americana, para forçar o governo brasileiro a pagar uma parcela dos juros em atraso. No sábado, o comunicado do grupo dos sete — composto pelos ministros de Finanças e bancos centrais dos sete principais países industrializados —, num gesto sem precedente, dirigiu um torpedo ao governo brasileiro: "Nós esperamos que o Brasil resolva o problema dos atrasados com os credores externos no contexto da adoção de um acordo formal com o FMI (Fundo Monetário Internacional)". Trata-se de uma menção a um país, especificamente, nunca antes feita pelo G-7. A equipe econômica brasileira considerou esse ato inusual, mas compreensível diante "da ansiedade dos bancos quanto à posição brasileira", como comentou a ministra.

Nos três últimos dias Zélia Cardoso de Mello, junto com seus principais assessores, manteve encontros com o secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e com ministros de Finanças da Itália e da Alemanha, para desenvolver um trabalho que ela própria qualificou de "pedagógico". Mostrar a realidade dos números no Brasil, para desfazer a impressão de que "o país é rico e não quer pagar, enquanto que a verdade é que somos um país pobre, queremos pagar nossa dívida, mas não podemos quitar os compromissos derivados da negociação de 1988".

A capacidade de pagamento que o Brasil teria para este ano de 1990 seria da ordem de US\$ 2,4 bilhões, conforme cálculos feitos pela equipe econômica, que serão mostrados ao comitê de bancos credores,

no próximo dia 10, quando Dauster se sentar à mesa de negociação, em Nova York. Esse número, porém, não é uma marca inflexível, pode ser inferior conforme os desdobramentos da crise do petróleo, por exemplo. E não deverá haver desembolso de dólares, cuja provisão começa a ser feita em uma conta específica tão logo comecem as negociações com os bancos, enquanto não ficarem claros os termos da revisão dos contratos de financiamento, seja

(Continua na página 24)

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, afirmou ontem em Washington que a rodada de negociações com os bancos credores — prevista para o próximo dia 10 em Nova York — não pode resultar em um quadro semelhante ao existente antes de março deste ano. Eris disse, ainda, que as pessoas devem parar de imaginar que só porque as reservas internacionais cresceram o País está em condições de efetuar os pagamentos atrasados.

(Ver página 24)

Pressões para que o Brasil...

por Claudia Safatle

de Washington

(Continuação da 1ª página)

em matéria de taxa de juros, seja no alargamento de prazos. A ministra da Economia evita falar sobre a proposta brasileira para a dívida externa, mas disse a este jornal que será "tão criativa quanto foi o programa de estabilização interna, completamente diferente dos padrões aplicados à dívida mexicana ou venezuelana".

Os disparos contra a relutância brasileira em dar uma solução mais rápida aos atrasados foram reforçados pelo pronunciamento do secretário do Tesouro americano, Brady, na reunião do comitê interino, no domingo último. Ele disse: "Nós saudamos o recente sucesso na vendagem do pacote de negociação da Venezuela e urge o Brasil resolver os atrasados com os credores externos durante a implementação do programa do Fundo Monetário Internacional".

Ontem, retomando a postura do FMI, Michel Camdessus voltou a falar sobre a questão brasileira em entrevista coletiva à imprensa internacional. O calendário foi estabelecido, deixando as negociações efetivas com o Clube de Paris para depois do acordo com o FMI. "Primeiro, o Brasil começa a negociar com os bancos, dia 10 de outubro próximo, e pretende concluir as discussões o mais rápido possível. O Brasil começa as negociações com espírito positivo e pragmático. E nós vamos monitorar isso cuidadosamente. Assim, eu espero ganhar o sentimento de que: 'sim, as negociações começaram com uma boa perspectiva de sucesso'", assinalou. A partir daí, a carta de intenções do governo brasileiro será levada ao "board" executivo do FMI. "Eu presumo que, em vista disso, dos primeiros resultados das negociações, o "board" aprove o acordo stand-by", resumiu Camdessus. Somente então, o Clube de Paris, tendo um acordo com o FMI aprovado pelo "board" decidirá sobre o reescalonamento dos débitos brasileiros.

No domingo último a ministra da Economia teve um encontro com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, para marcar uma data de início das discussões sobre um refinanciamento da dívida. Zélia Cardoso de Mello, que estava acompanhada do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, colocou na mesa um dos problemas mais dramáticos da dívida junto ao Clube de Paris. "Nos próximos quatro anos, período em que pretendemos abarcar o acordo, os vencimentos da dívida junto aos credores oficiais atingem a casa dos US\$ 16 bilhões." São cerca de US\$ 14,5 bilhões nos três próximos anos, mais algo como US\$ 1,5 bilhão em 1993, perfazendo uma concentração de pagamentos muito elevada para a real capacidade de pagamentos brasileira. A ministra pretende refinar essa dívida por um período bastante largo, algo superior a vinte anos.

Camdessus assegurou que recebeu das autoridades do governo brasileiro todas as garantias necessárias para o compromisso de normalizar as relações com a comunidade financeira internacional. "E isso, para mim, é muito importante", complementou. O diretor executivo da instituição multilateral, criada para manter a estabilidade financeira internacional e, também, cuidar da estabilidade do balanço de pagamentos dos seus países-membros, transita num caminho bastante tortuoso.

O programa econômico brasileiro está tecnicamente chancelado pelo Fundo. A aprovação definitiva, porém, só poderá ser dada quando o governo brasileiro tiver assegurado aos credores privados sua boa fé na condução das negociações. O envolvimento do governo norte-americano nesse processo, destinado a garantir os interesses dos bancos privados credores do Brasil, acabou explicitando o que antes era feito em conversas de bastidores.

Na reunião do comitê interino do FMI, na tarde do domingo último, a ministra da Economia explorou essa ambigüidade, que está colocada na estrutura tanto do Fundo quanto do Banco Mundial. Zélia Cardoso de Mello fez um pronunciamento duro, uma resposta às pressões que chegaram a estar transcritas — por influência do governo norte-americano — no comunicado do G-7.

Ela disse: "Provavelmente a limitação mais sé-

ria à atual estratégia (da dívida externa) reside no fato de que ela ainda é muito dependente dos interesses dos bancos comerciais. Uma estratégia mais reforçada exige um envolvimento mais positivo dos governos dos bancos credores. Os governos, que têm a perspectiva de longo prazo aos interesses nacionais políticos e econômicos, não têm respondido à altura quando confrontados com os interesses de curto prazo de alguns segmentos da comunidade bancária".

Reportando-se ao FMI e ao BIRD, a ministra assinalou: "Requer-se maior grau de envolvimento de ambas as instituições na formulação precisa de estimativas de necessidades de longo prazo para facilitar a saída da crise da dívida. Essas instituições teriam, assim, um papel de mais utilidade do que o de meros auditores das políticas domésticas dos países endividados".

Especificamente à gestão de Camdessus frente ao FMI, cujo mandato se encerra dentro de um ano, Zélia Cardoso de Mello assinalou: "O Fundo, sob comando de seu diretor executivo, Michel Camdessus, tem sido sensível a esse enfoque que, no entanto, devia ser adotado de forma mais decisiva".

Ao Clube de Paris, cuja agenda de negociação não foi acertada no encontro da ministra da Economia com Trichet, domingo último, à espera de um sinal mais efetivo do FMI, Zélia Cardoso de Mello deixou um recado: "O Clube de Paris já deu mostras de alguma flexibilidade, mas ainda é necessário um enfoque bem mais ousado. As iniciativas de redução de dívida oficial podem, seguramente, ser melhoradas e devem ser estendidas aos países de renda média e meia — inferior com grande volume de dívidas oficiais".

Além de uma proposta "criativa" que será levada aos bancos comerciais na próxima reunião em Nova York, a ministra disse que terá uma "ilimitada capacidade de persuasão e paciência" para conduzir o acordo externo, que ela deseja que seja duradouro e definitivo, tendo um ponto como absolutamente inflexível: "Só concluiremos acordos com os bancos comerciais se tivermos certeza de que poderemos cumpri-los", tendo como parâmetro as limitações fiscais do plano de estabilização brasileiro.